

Marx, as crises e a revolução¹

Demian Bezerra de Melo

Doutorando em História na Universidade Federal Fluminense (UFF)

¹ Agradeço a leitura crítica deste texto feita por Valério Arcary, Felipe Demier e Marcelo Badaró Mattos. Todavia, o texto é de inteira responsabilidade do autor.

Marx, as crises e a revolução

No balanço da Revolução de 1848, Marx afirmou que a crise comercial de 1847 foi a sua “parteira”, apontando na volta da prosperidade econômica a razão para o desfecho daquela vaga revolucionária. Em seguida vaticinou que tão logo estalasse uma nova crise, outra revolução seria desencadeada no continente europeu. Todavia uma nova crise só voltou a acontecer em 1857-1858, e nenhuma revolução se fez presente. O propósito deste artigo é discutir como Marx abordou a relação entre crises econômicas e a luta de classes, desde seus comentários sobre a revolução de 1848 até o desenvolvimento de sua crítica da economia política nos anos 1850. Defende-se a ideia de que da redação dos *Grundrisse* até o “Prefácio de 1859”, Marx apura sua visão sobre a historicidade do capitalismo e define a necessidade de uma época histórica de revolução social para dar cabo desta forma de sociabilidade. Assim, em seus comentários posteriores sobre o fenômeno das crises, notadamente na seção terceira do livro III de *O capital*, tal perspectiva comparece de forma explícita.

Palavras-chave: Crises capitalistas; Revolução; Karl Marx

Marx, the crises and the revolution

In the balance of the Revolution of 1848, Marx said that the commercial crisis of 1847 was her “midwife”, pointing in the back of economic prosperity the reason for the outcome of that revolutionary wave. Then predicted that once popped a new crisis, another revolution would be unleashed on the European continent. But a new crisis just happened again in 1857-1858, and no revolution has been made. The purpose of this paper is to discuss how Marx addressed the relationship between economic crises and class struggle, from his comments about the 1848 revolution, until the development of his critique of political economy in the 1850s. It supports the idea that from the writing of the *Grundrisse* to the 1859 Preface, Marx clears his views on the historicity of capitalism and defines the need of a historical period of social revolution to give out this form of sociability. Thus, in his later comments on the phenomenon of crises, notably in the third section of book III of *Das Kapital*, that prospect appears explicitly.

Keywords: Capitalists crises; Revolution; Karl Marx

De acordo com Ernest Mandel, foi no contexto da vaga revolucionária de 1848 que Marx e Engels formularam suas “opiniões detalhadas sobre a marcha cíclica da produção capitalista e sobre as crises de superprodução” (MANDEL, 1968, p. 70). Neste momento chave, os dois revolucionários da Liga dos Comunistas não se furaram a tomar parte da própria revolução continental, através de um intenso trabalho de militância jornalística no periódico *Neue Rheinische Zeitung*, editado na região alemã de Colônia. Já no verão de 1849, Marx e Engels se refugiaram em Londres, fugindo da repressão política que se abateria sobre a esquerda no continente, e que tinha levado inclusive a Liga a se dispersar. Logo no ano seguinte, com o propósito de reorganizá-la, os dois revolucionários resolveram fundar um novo periódico, que levaria também o nome de *Neue Rheinische Zeitung*, mas que se dedicaria principalmente à análise da economia como base dos movimentos políticos.²

Três longas reportagens sobre o assunto foram publicadas nas três edições da revista, em janeiro/fevereiro, março/abril e maio/outubro. No início de 1850, a derrota da revolução era avaliada como temporária por Marx e Engels, mas à medida que avançou o ano essas esperanças se evaporaram. Na última edição de maio/outubro da *Neue*

² Teria como subtítulo *Politisch-ökonomische Revue*, enquanto na primeira versão era *Organ der Demokratie*, o que se liga à participação de Marx e Engels na esquerda democrática alemã. Sobre a evolução política dos dois revolucionários neste processo, ver Bianchi (2007).

Reinische Zeitung, publicada no fim de novembro de 1850, há uma modificação da caracterização. Em um artigo desse volume, Marx busca explicar a natureza da vaga revolucionária de 1848, apresentando o quadro do desenvolvimento da crise que havia precedido os acontecimentos (MARX e ENGELS, 1975). O quadro político e social da França, que Marx abordara nas duas edições anteriores do periódico, estava agora completo mediante o exame da “base real” que teria sido o substrato dos acontecimentos revolucionários. Sem a pretensão de resenhar a história da vida econômica dos anos 1840, Marx limita-se a comentar os sintomas de uma crise que se manifestou com a especulação desenfreada, principalmente sobre ferrovias, negócios agrícolas, como cereais e algodão, além daquelas ligadas à expansão mercantil para a Ásia.

A extensão da rede ferroviária inglesa teria provocado esta primeira onda de especulação, cujo auge se deu entre o verão e o outono de 1845, envolvendo diversas classes e grupos, de nobres a burgueses, clero e parlamentares. “Engenheiros, operários, comerciantes e artesãos foram mobilizados em massa por inumeráveis oficinas que se entregaram a elaboração desenfreada de projetos sem nenhuma possibilidade de realização” (RUBEL, S. D., p. 211). Foi em abril de 1846 que o pânico tomou conta dos mercados continentais, provocando bancarrotas em Paris, Hamburgo, Frankfurt e Amsterdam. Ao mesmo tempo, a crise dos negócios ferroviários terminou apenas no outono de 1848 e, sendo o motor do desenvolvimento econômico, acabou contaminando outros domínios da especulação industrial e comercial. Ao mesmo tempo, a escassez de gêneros agrícolas se estendia desde agosto de 1845, na Inglaterra, Irlanda e no continente europeu. As colheitas de 1846 haviam sido catastróficas, o que levou a uma alta especulativa sobre os preços do trigo na primavera de 1847. Em seguida, em agosto do mesmo ano, o Banco da Inglaterra aumentou a taxa de juros, o que provocou quebras de instituições em Londres, Liverpool e no próprio continente. Ao lado da crise financeira, a má colheita do algodão em 1846 acabou por refletir-se negativamente

sobre o mercado de trabalho, acarretando aumento do desemprego e queda na produtividade.

Em certo momento, entre Inglaterra e Índia foram paralisadas todas as transações de crédito, e também os negócios comerciais de uma forma geral. A bancarrota dos bancos levou consigo ramos conexos e empresas industriais, comerciantes com obrigações, intermediários, exportadores e importadores, fabricantes, artesãos etc., e de outubro a dezembro de 1847 ocorreram numerosas quebras simultâneas na Europa e nos Estados Unidos. Foi nesse quadro que eclodiu a revolução de 24 de fevereiro de 1848, que de Paris contagiou o resto do continente. Sobre a relação entre a crise econômica e as revoluções de 1848, Marx havia afirmado neste mesmo ano, na primeira versão de *Neue Rheinische Zeitung*: “Em todo caso, é indubitável que a crise comercial tenha contribuído infinitamente mais às revoluções de 1848 que estas à crise comercial.” (*apud* RUBEL, S. D, p. 212).

Perto de morrer, Engels organizou em forma de brochura uma série destes artigos de Marx escritos na segunda versão de *Neue Rheinische Zeitung*, dedicados ao desenvolvimento da Revolução de 1848 em *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*.³ Editada em 1895, Engels escreveu célebre “Introdução”, documento conhecido como seu testamento político, em que reafirma algumas das impressões e caracterizações dele e de Marx sobre os eventos. Lembrou que os dois haviam observado que uma crise do comércio internacional em 1847 havia sido a “parteira da revolução de 1848”, enquanto a retomada do desenvolvimento econômico em meados de 1849, por sua vez, selara a sua sorte. Nestes artigos de Marx está presente o cerne de uma hipótese que relaciona a crise econômica de 1847 com as revoluções de 1848.

Como se sabe, frente às revoluções de 1848, a burguesia preferiu confraternizar com a aristocracia a ter de se posicionar ao lado dos proletários e camadas populares, seja pela República ou pela Nação.

³ Publicados originalmente nos números 1, 2, 3 e 5-6 da *Neue Rheinische Zeitung: Politisch-ökonomische Revue*, em 1850. Utilizamos Marx (2008).

As atitudes jacobinas do século anterior haviam ficado pra trás. O banho de sangue de junho de 1848 em Paris – quando toda a burguesia francesa, sob a liderança da fração republicana, se uniu para massacrar o proletariado insurreto –, era só um sintoma dos compromissos que esta estava disposta a assumir ante o surgimento de uma classe que encarnava a negação de sua própria sociedade. As revoluções de 1848 foram todas derrotadas. Na edição de maio-outubro da *Neue Rheinische Zeitung* de 1850, em trecho reproduzido no capítulo IV de *As lutas de classes na França*,⁴ como balanço de um movimento em franco descenso, Marx escreveu:

Nessa prosperidade geral em que as forças produtivas da sociedade burguesa se desenvolvem tão exuberantemente quanto é possível no seio das relações burguesas, não se pode falar de uma verdadeira revolução. Tal revolução só é possível nos períodos em que ambos os fatores, as modernas forças produtivas e as formas burguesas de produção, entrem em contradição entre si. (...) *Uma nova revolução só é possível na sequência de uma nova crise. É, porém, tão certa como esta* (MARX, 2008, p. 183).

Na primeira parte do parágrafo, não há como não lembrar a formulação análoga presente no “Prefácio” da Contribuição à crítica da economia política (1859), embora não exista (ainda) o conceito de relações de produção, figurando “formas burguesas de produção”. Entretanto, a ideia de que uma contradição profunda na esfera da produção cria a possibilidade de revolução é similar. Isso é bastante interessante do ponto de vista da reconstituição do pensamento marxiano, pois o “Prefácio de 1859” é um texto cuja fortuna parece eventualmente estar em desacordo com a dialética das suas reflexões

⁴ Como esclarece Maximilien Rubel, Engels reeditou alguns trechos do artigo do número 5-6 da revista no capítulo IV, tendo excluído, por exemplo, o trecho sobre o desenvolvimento da crise na Inglaterra, resumido acima (RUBEL, S. D., p. 228).

sobre situações concretas,⁵ como em *18 Brumário de Luís Bonaparte*, a *Guerra Civil em França* e na própria *As lutas de classe na França*. Vale também lembrar o contexto no qual Marx escrevia, pois já em setembro de 1850, ele e Engels haviam se retirado da Liga dos Comunistas, pelo fato dos outros dirigentes não aceitarem seu diagnóstico pessimista sobre a sorte da revolução. Mesmo assim permanece o fato de que o trecho acima propõe uma relação de necessidade entre as crises econômicas e as revoluções – ainda que – como lembrou recentemente Bianchi (2008, p. 123) – na narrativa de *As lutas de classes na França*, só depois que Marx expõe a natureza do regime surgido da Revolução de 1830 (a Monarquia de Julho), o predomínio da aristocracia financeira, o papel de oposição desempenhado pela burguesia industrial, a pequena burguesia, os camponeses, as aventuras militares do regime de Guizot, a crise fiscal do Estado e a dívida pública, é que aparece a crise econômica como elemento que acelerou o mal-estar geral e amadureceu o descontentamento que culminou na revolta (MARX, 2008, p. 70-71).

Porém, a proposição presente na conclusão do trecho – “Uma nova revolução só é possível na sequência de uma nova crise. É, porém, tão certa como esta.” – pode aparentar certa tensão interna no pensamento de Marx entre uma visão determinista e uma outra visão que valoriza outras dimensões da vida social na determinação de uma situação histórica revolucionária. Todavia é preciso anotar que com todo o determinismo sugerido pelo raciocínio, a hipótese é um pouco mais complexa, e nisto vale a pena ver como Marx discute a importância da Inglaterra, o “demiurgo do cosmos burguês”, na determinação dos acontecimentos do continente europeu. Apesar das crises econômicas terem se iniciado em solo inglês, foi só no continente que seu efeito acelerou os acontecimentos políticos tornando a situação revolucionária.

⁵ Um comentário pertinente sobre esta desconfiança em relação ao “Prefácio de 1859” e o uso fecundo feito por Gramsci do mesmo texto é discutido por Bianchi (2006).

embora as crises dêem primeiro origem a revoluções no continente, as razões das mesmas encontram-se sempre na Inglaterra. As manifestações violentas têm naturalmente de surgir mais cedo nas extremidades do corpo burguês do que no coração, uma vez que aqui a possibilidade do equilíbrio é maior do que ali. Por outro lado, o grau em que as revoluções continentais repercutem sobre a Inglaterra é ao mesmo tempo o termômetro em que se lê até que ponto essas revoluções põem realmente em causa as relações da vida burguesa, ou até que ponto só atingem as suas formas políticas (*idem*, p. 182-183).

Então, a fragilidade do próprio modo de produção capitalista na “periferia” (ou “extremidade”) europeia do sistema é que explica a forma diferenciada com que a crise econômica determina a luta de classes nos distintos países. A profundidade com que tais revoluções continentais repercutem no “demiurgo do cosmos burguês” revela a própria profundidade da crise deste modo de produção e se existe a possibilidade de superá-lo. Ainda assim, segue a ideia força de que existe uma relação de *necessidade* entre crises econômicas e revolução, o que abre espaço para diversas críticas.

Ao menos uma vez Leon Trotsky se referiu a esta passagem de Marx, em seu informe ao 3º Congresso da Internacional Comunista, de junho de 1921 (TROTSKY, 2008). Partindo da constatação de que a guerra imperialista havia inaugurado uma *época* de revolução, mas observando o fracasso de todas as tentativas de revolução que se seguiram a 1917 e a restauração parcial do “equilíbrio capitalista”, o teórico da revolução permanente fez este percuciente comentário:

A relação recíproca entre boom e crise na economia e o desenvolvimento da revolução é de grande interesse para nós não apenas do ponto de vista da teoria, mas acima de tudo do da prática. Muitos de vocês se lembrarão que Marx e Engels escreveram em 1851 – quando o boom estava em seu pico – que era necessário reconhecer naquela época que a Revolução de 1848

terminara, ou, de qualquer modo, tinha sido interrompida até a próxima crise. Engels escreveu que embora a crise de 1847 fosse a mãe da revolução, o boom de 1849-1851 foi a mãe da contra-revolução triunfante. Seria, contudo, muito unilateral e totalmente falso interpretar esses julgamentos no sentido de que uma crise invariavelmente engendra a ação revolucionária enquanto um boom, pelo contrário, pacifica a classe operária. A Revolução de 1848 não nasceu da crise. Essa apenas forneceu o ímpeto final. Essencialmente, a revolução surgiu das contradições entre as necessidades do desenvolvimento capitalista e os grilhões do sistema estatal e social semifeudal. A irresoluta Revolução de 1848, contudo varreu os remanescentes do regime das corporações de ofício e da servidão e estendeu assim a estrutura do desenvolvimento capitalista. Sob essas condições e apenas essas condições, o boom de 1851 marcou o início de toda uma época de prosperidade capitalista, que durou até 1873 (*idem*, p. 43).

Diversamente, Jacques Texier é mais duro, e não poupa críticas ao fato de Engels reproduzir este raciocínio mecanicista na “Introdução de 1895” – seu testamento político –, o que indicaria a ausência de uma autocrítica (TEXIER, 2005, p. 112-117 ss.). Por sua vez, Daniel Bensaïd comenta que, tendo em vista as revoluções passadas, como em 1789-1830-1848, onde existiu a coincidência entre crises econômicas e a eclosão das revoluções, Marx acabou por fazer um prognóstico no qual busca ligar futuras crises econômicas, o que é demonstrável (dada a natureza cíclica do sistema), a novas revoluções, algo indemonstrável (BENSAÏD, 1995, p. 83-84). Ainda segundo Bensaïd, haveria nesta conclusão ambígua de Marx um “mal-estar teórico” entre sua nascente crítica da economia política e a filosofia da história hegeliana, com a qual Marx e Engels já haviam acertado suas contas entre 1845-1846. Leitor atento da historiografia sobre a Revolução Francesa, de onde retirou o conceito de luta de classes, Marx terá o exemplo vivo de uma grande Revolução, como a de 1789, onde o

mal-estar econômico contribui com o aceleração dos tempos históricos. Aliás, como o próprio Engels admite na referida “Introdução”:

Quando a revolução de fevereiro [de 1848] rebentou, todos nós, no que diz respeito às nossas representações das condições e do curso dos movimentos revolucionários, nos encontramos sob o fascínio da experiência histórica anterior, nomeadamente a da França. E era precisamente dessa experiência, que tinha dominado toda a história europeia desde 1789, que de novo partia o sinal para a revolução geral (ENGELS, 2008, p. 41).

Quis, assim, no calor do movimento em franco descenso e tomando a experiência das revoluções passadas, encontrar uma *regularidade* e, mais que isso, uma *sincronia* entre as crises econômicas e as revoluções. Nesse sentido, vale à pena lembrarmos como Marx reelaborou suas ideias do balanço de 1850, no “Prefácio de 1859”:

“Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De forma de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevêm então uma época de revolução social (MARX, 1982, p. 25).”

Existem nesta passagem muitos pontos em comum com o trecho supracitado da *Neue Rheinische Zeitung*, principalmente o fato do cerne do problema residir na contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Mas note-se que agora Marx se refere ao fato de tal contradição criar as condições para uma *época* (histórica) de revolução social. Fala dos tempos longos. Não se trata, portanto, de uma relação de casualidade mecânica em relação aos ziguezagues da conjuntura econômica imediata. Até porque, como é desenvolvido neste mesmo “Prefácio”, uma formação social nunca desaparece sem que antes tenham sido desenvolvidas todas

as suas contradições e potencialidades; que os homens não se põem tarefas históricas para as quais as condições para a sua resolução não estejam dadas ou em vias de aparecer.⁶ Tais condições não podem ser resultado das flutuações conjunturais das taxas de lucro, mas do amadurecimento de contradições profundas deste sistema pensadas em um prazo longo.

Tem-se, pois, um substancial desenvolvimento teórico do pensamento de Marx entre as avaliações sobre as revoluções de 1848 e a redação da *Contribuição à crítica da economia política*.⁷ Entre um e outro ponto de sua trajetória temos uma modificação importante: o amadurecimento de sua crítica ao capitalismo.

A crise de 1857-1858 e o amadurecimento teórico de Marx

Transferindo-se para seu longo exílio em Londres desde 1849, Marx dedicou-se à retomada dos estudos para a elaboração de sua crítica da economia política, afastando-se por mais uma década da militância política, embora mantendo contato com alguns círculos operários.⁸ Os anos 1850 foram particularmente importantes nessa empreitada, quando dividiu seu tempo entre a intensa colaboração jornalística para o *New York Daily Tribune* a partir de 1851, as crescentes dificuldades materiais de sua família e as horas intermináveis de estudo no Museu Britânico (MUSTO, 2008).

Tendo entendido desde cedo a natureza cíclica do desenvolvimento capitalista, a duração de cada ciclo ainda seria um problema

⁶ Aliás, é deste conjunto de proposições do "Prefácio de 1859" que Antonio Gramsci vê serem expostos os princípios da sua "ciência política". Ver *Caderno do Cárcere* 13, § 17 (GRAMSCI, 2007, p. 36-46).

⁷ E que reverbera no livro III de *O capital*, como veremos.

⁸ Somente em 1864, com a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, é que Marx tomou parte ativa no movimento operário novamente.

não resolvido por Marx. Como ficou evidente acima, o interesse do Mouro pelas crises tinha como razão principal a ideia de que estas desencadeariam uma nova revolução no continente europeu. Sobre este aspecto, em suas reminiscências, Wilhelm Liebknecht lembra que, mais de uma vez, Marx previu erroneamente a eclosão de crises econômicas no início dos anos 1850, no que foi zombado pelos amigos em diversas ocasiões (MEHRING, 1951, p. 252-253). Mandel confirma esta versão, dizendo que Marx e Engels prognosticaram crises em 1852, 1853 e 1855, e em todos estes casos falharam. Os dois revolucionários acreditavam que, tomando como base o ciclo precedente, crises periódicas eclodiriam a cada seis ou sete anos, daí os equívocos constantes (MANDEL, 1968, p. 78-79). Ainda segundo o economista belga, quando Marx escreveu sobre a crise econômica de 1847 ele ainda não tinha clara a diferença entre as crises monetárias que expressam crises de superprodução, e as crises monetárias autônomas, que podem aparecer até mesmo em situações de prosperidade. Do mesmo modo, não havia ainda o entendimento da relação entre a duração do ciclo e o tempo de reprodução do capital fixo.

Em 26 de setembro de 1856, numa carta enviada a Engels, Marx disse acreditar que “no inverno de 1857, irromperá uma grande crise monetária”. Desta vez o prognóstico foi correto. A crise fez o seu anúncio a Marx através do *New York Daily Tribune*, quando este cortou pela metade a encomenda de artigos semanais, aumentando suas dificuldades financeiras e de sua família (MEHRING, 1951, p. 252). Em 13 de novembro de 1857, Marx escreveu a Engels que apesar de estar em “miséria financeira”, “desde 1849 não me sentia tão confortável [cosy] como neste tumulto [outbreak]”. E em carta a Conrad Schramm, em dezembro do mesmo ano, sua companheira Jenny Von Westphalen comenta com o amigo da família como, apesar de todas as dificuldades materiais, o Mouro estava feliz, trabalhando com uma energia juvenil. Pois, sob o impacto da crise, Marx se pôs a estudar febrilmente com vistas a descrever os elementos fundamentais do sistema, conforme relatou em uma conhecida carta a Engels, em 8 de dezembro de 1857: “Trabalho como um louco, noites inteiras adentro,

para organizar meus estudos econômicos, para por às claras pelo menos os elementos fundamentais antes do dilúvio [déluge]”. Todavia, a crise econômica iniciada em 1857 não foi seguida de nenhum dilúvio, de nenhuma revolução. É certo que ocorreram greves e protestos de trabalhadores contra cortes de salário e o desemprego, em vários distritos industriais britânicos. Nada mais que isto.⁹

O curioso é que, como afirmou com argúcia Roman Rosdolsky: “Seu prognóstico revolucionário era uma ilusão. Mas, quantas vezes esse tipo de ilusão revelou-se frutífero!” (ROSDOLSKY, 2001, p. 25). Pois, foi neste contexto que Marx redigiu um dos seus mais brilhantes estudos econômicos: os *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, que comentaremos em seguida. Por hora, resta-nos apenas constatar o desafio que a história impôs a Marx: da crise econômica, que inclusive foi em termos quantitativos e extensão geográfica mais profunda que a anterior (de 1847), sendo mesmo a primeira crise econômica verdadeiramente mundial (KRÄTKE, 2008B), não se seguiu nenhum dilúvio, nenhuma revolução social, ou qualquer tipo de convulsão.

A discordância dos tempos

Bensaïd apresenta uma chave interessante para o nosso problema. Como apontamos acima, a periodicidade das crises para Marx no final dos anos quarenta ainda se pautava numa constatação empírica da recorrência das crises capitalistas. No *Manifesto Comunista*, por exemplo, quando Marx e Engels falam das crises de superprodução, suas considerações estão centradas em demonstrar a recorrência das crises como resultado das contradições do próprio sistema, o que certamente é uma base importante. Ainda assim, embora importante, trata-se de um plano que coloca a crise como uma *possibilidade*

⁹ No segundo dos três cadernos que Marx redigiu com informações e dados sobre o desenvolvimento da crise, ele colheu informações sobre um protesto de desempregados em Spitalsfield ocorrido em janeiro de 1858. Sobre estes cadernos, ver KRÄTKE (2008A).

imane da sociedade produtora de mercadorias (aliada à percepção empírica de sua recorrência); mas ainda não existe uma compreensão da *necessidade* destas crises como único mecanismo que tal sociedade possui para regular o impulso desmedido do capital e lançar as bases para um novo ciclo de valorização do valor. Como acertadamente aponta Bensaïd, tal análise teórica das crises só será objeto de uma teoria mais sistemática na obra madura de Marx, nos *Grundrisse* – sua primeira grande síntese –, e principalmente nas *Teorias da mais-valia* e em *O capital* (BENSAÏD, 1995, p. 41-61, 83-84).

Mas aqui também reside outra dificuldade, posto que o abandono do plano de redação inicial da sua crítica da economia política – como logo veremos – levou consigo o livro que Marx dedicaria às crises (ROSDOLSKY, 2001, p. 27-60). Não existe, assim, uma teoria acabada das crises em Marx, ainda que possamos (e estejamos) de acordo com a interpretação segundo a qual o conceito de crise está pressuposto desde o início da exposição de *O capital*, como momento negativo de sua totalidade (GRESPLAN, 1999). Portanto, existe uma constante reflexão sobre a crise, que acompanha a autonomização das formas sociais, da mercadoria desdobrando-se no dinheiro no início do livro I até o capital portador de juros e o capital fictício no livro III de *O capital* (PAULANI, 2009). Sendo as próprias crises capitalistas o resultado do desdobramento de todas as contradições do sistema,¹⁰ não há como elas não estarem pressupostas em todas as fases da exposição categorial de sua crítica.¹¹

De qualquer modo, voltando à sugestão de Bensaïd, o que Marx traz de seus estudos dos anos 1850 é o próprio entendimento do

¹⁰ “A crise nada mais é do que a consequência violenta da contradição entre o caráter social da produção e a característica privada da apropriação capitalista. *A causa do aparecimento de crises no modo de produção capitalista é a divergência entre as condições de produção e realização (apropriação). É a divergência entre o caráter social de uma e o caráter privado da outra*” (CARCANHOLO, 1997, p. 28, grifo do autor).

¹¹ Em acordo com esta leitura, David Harvey (1990) encontra ao longo de *O capital* três momentos (“cortes”) de uma leitura marxiana da teoria das crises.

capital como “uma organização contraditória do tempo social, uma articulação de ritmos discordantes que conhece periodicamente as convulsões da crise antes de concluir uma nova paz consigo mesmo” (BENSAÏD, 1995, p. 84). Se em meados dos anos 1840, Marx e Engels já haviam feito um “ajuste de contas” com a filosofia da história alemã – criticando aqueles para quem “a história que está por vir seja a meta da história passada” –, de fato, como afirma Bensaïd, a “nova escrita da história” marxiana é anunciada apenas nos *Grundrisse* (e posta em ação em *O capital*) (BENSAÏD, 1999, p. 46). Enquanto na juventude Marx já tinha percebido a existência de discordância entre os tempos históricos – quando, por exemplo, diz na “Introdução” à *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1844) que os alemães eram contemporâneos apenas filosóficos da modernidade capitalista, participando de todas as suas restaurações sem tomar parte nas revoluções, ponto depois retomado no Pós-fácio da segunda edição de *O Capital* (1873)¹² – é patente que só nos estudos maduros desenvolverá a noção de que a própria economia se move em crises, ciclos e rotações; em que aparecem as noções de tempo de trabalho socialmente necessário, tempo de rotação, ciclo de rotação, e onde as leis que regem o dinamismo econômico capitalista são tendenciais e operam também em face de contra-tendências – conforme estará brilhantemente exposto na seção terceira do Livro III, sobre a queda da taxa de lucro. Já se entende aqui o próprio capital como uma “organização contraditória do tempo social”.

¹² Quando discute a relação entre o atraso para o desenvolvimento da economia política na Alemanha e o próprio atraso econômico e político do país em relação à Inglaterra, no plano econômico, e à França, no plano político. Mas este atraso alemão acaba por se tornar uma “vantagem”, quando a tarefa histórica passa a ser a de produzir uma crítica prática e teórica. Diz: “O desenvolvimento histórico peculiar da sociedade alemã excluía a possibilidade de qualquer desenvolvimento original da economia burguesa, mas não a sua – crítica.” (MARX, 1983A, p. 18N).

Grundrisse

Um milhar de páginas onde há uma primeira síntese dos estudos de economia política de Marx nos anos 1850. Escrito como um estudo – uma conversa de Marx com ele mesmo –, os *Grundrisse* não entram no rol de obras que o autor deixou incompletas para serem publicadas, como é o caso patente dos livros II, III e IV de *O capital*. Publicado somente em meados do século XX, o texto tem influenciado decisivamente o debate marxista desde os anos 1960 (MUSTO, 2009). É como um laboratório, um momento da pesquisa, que deveria ser reelaborado visando sua exposição.¹³ De qualquer modo, no manuscrito vê-se uma crítica da economia política mais acabada, e a aparição de categorias fundamentais, como a mais-valia – absoluta e relativa –, além da distinção entre capital constante e capital variável.¹⁴

Por volta de setembro de 1857, Marx elabora o que foi o primeiro plano estrutural da exposição, no qual figuravam seis livros, que abordariam respectivamente os temas: capital, propriedade da terra, trabalho assalariado, Estado, comércio exterior, mercado mundial e as crises. O tema das crises, portanto, apareceria ao final de uma longa exposição. Contudo, tal plano foi posteriormente abandonado (1866) (ROSDOLSKY, 2001, p. 28-29), e o tema das crises acabou por deixar de

¹³ Isto nos remete diretamente ao conhecido comentário, também do Pós-fácio da segunda edição (1873) de *O capital*: “É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de capturar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori*.” (MARX, 1983A, p. 20).

¹⁴ Ao lado da redação dos *Grundrisse*, Marx também escreveu uma série de artigos para o *New York Daily Tribune* comentando a própria crise em curso. Pretendia, como narrou ao então amigo Ferdinand Lassale, em 21 de dezembro de 1857, além de elaborar os elementos fundamentais da crítica da economia política, “preparar algo sobre a crise presente”. Os artigos da *New York Daily Tribune* foram publicados no número 24 da revista *Lutas Sociais* (2010), com uma bela apresentação de Paulo Barsotti.

“ocupar a posição de síntese conclusiva reservada a ela pelo projeto de 1857” (GRESBAN, 1999, p. 33). Mas pode-se dizer que em *O capital*, que é o resultado do último plano de exposição, os outros cinco livros acabaram incorporados (ROSDOLSKY, 2001, p. 27-60), incluindo o referente às crises. Neste sentido, por ter-se ocupado com a crise desencadeada em 1857, tornando sua própria visão mais aguda, Marx pôde demonstrar reflexões apuradas sobre as contradições do sistema, como “na brilhante exposição, nos *Grundrisse*, sobre o problema da realização e das crises” (*idem*, p. 26). Pois foi também no curso da crise de 1857-1858 que Marx percebeu a relação entre os ciclos econômicos e o ciclo de rotação do capital fixo, alterando sua elaboração para um ciclo periódico decenal.

Não tendo qualquer sessão especial dedicada ao entendimento das crises, o tema figura nos *Grundrisse* em diversas passagens, como no trecho em que discute a circulação do capital e o problema da realização do valor,¹⁵ ou quando discute a controvérsia entre Ricardo e Sismondi sobre a possibilidade da superprodução (MARX, 1987A, p. 362-363). A crise mesma se “manifesta sob a metáfora da loucura” e as “tendências esquizóides do capital explodem numa esquizofrenia declarada”. Todavia, trata-se de uma loucura “que determina a vida dos povos” (BENSAÏD, 1995, p. 41).

O trecho que nos interessa mais de perto é aquele referente ao problema da tendência à queda da taxa de lucro, que Marx define nos *Grundrisse* como “a lei mais importante da moderna economia política” (MARX, 1987B, p. 281). É necessário dizer que não existe ainda neste texto uma elaboração precisa desta tendência, como posteriormente aparecerá no livro III. Ainda assim, com todas estas insuficiências, existem pontos importantes na abordagem da questão, especialmente no que diz respeito aos limites históricos do modo de produção capitalista e da possibilidade de sua superação por uma ordem social superior. É justamente este último aspecto que queremos destacar, posto que no manuscrito não existe uma reflexão propriamente sobre

¹⁵ Ver o capítulo 21 do livro supracitado de Rosdolsky (2001, p. 265-278).

a revolução, enquanto práxis que supera a sociabilidade burguesa e cria as condições para o comunismo, mas sim uma consideração genérica. Vejamos o trecho:

A partir de um certo ponto, o desenvolvimento das forças produtivas se torna um obstáculo para o capital; portanto a relação do capital se torna uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. O capital, quer dizer o trabalho assalariado, chegado a um certo ponto entra na mesma relação com o desenvolvimento da riqueza social e das forças produtivas que o sistema corporativo, a servidão na gleba e a escravidão, e, em sua qualidade de trabalho, se elimina necessariamente. Com ele se acaba a última figura servil assumida pela atividade humana, o trabalho assalariado por um lado e o capital por outro, e este despojamento mesmo é o resultado do modo de produção adequado ao capital; as condições materiais e espirituais para a negação do trabalho assalariado e do capital, as quais são já a negação das formas precedentes de produção social, são por sua vez resultados do processo de produção característico do capital. Em agudas contradições, crises, convulsões, se expressa a crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade a suas relações de produção até hoje vigentes. A violenta aniquilação do capital, não por circunstâncias alheias a ele mesmo, senão como condição de sua auto-conservação, é a forma mais contundente de aviso para que ele desapareça e dê lugar a um estágio superior de produção social. (...) Estas contradições, é claro, têm como resultados estalidos, crises, nos quais a anulação momentânea de todo trabalho e a destruição de grande parte do capital o fazem voltar violentamente ao ponto no qual pode empregar suas forças produtivas sem cometer suicídio. Contudo, estas catástrofes regularmente recorrentes conduzem à sua repetição numa escala mais alta, e finalmente à sua violenta derrubada (*idem*, p. 282-284, grifos nossos).

Sucintamente, a tendência à queda da taxa de lucro é entendida como resultado do próprio movimento auto-expansivo do capital,

razão para sua desvalorização periódica. A tendência “vampiresca” do capital,¹⁶ impelido a substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto através da adoção de tecnologias poupadoras de força de trabalho, em seu movimento de expansão de si próprio acumula contradições que explodem, constituindo as crises recorrentes. No entanto, Marx finaliza o trecho apontando que a recorrência de tal tendência a crises acabaria por constituir um “sinal” (ou aviso) da necessidade de desaparecimento deste modo de produção. Observe-se que a comparação histórica feita pelo autor, remetendo a modos de produção anteriores ao capitalismo dá conta da afirmação do próprio caráter histórico do capitalismo.

Um comentador da envergadura de Roman Rosdolsky atribui a este trecho uma justificativa para a ideia de que em Marx haveria uma teorização sobre o colapso, ou a crise final do capital (ROSDOLSKY, 2001, p. 319).¹⁷ Diz o autor que a “afirmação de que Marx não havia proposto uma ‘teoria da derrocada’ deve remontar-se, antes de tudo, à interpretação revisionista de sua obra econômica, posterior à Primeira Guerra Mundial” (*idem*, p. 573).¹⁸ Todavia, se observarmos com mais atenção o trecho e o compararmos com o sentido dado por Marx no “Prefácio de 1859” – referente à abertura de uma “época de revolução social” –, poderemos empreender uma leitura algo diferente da proposta por Rosdolsky. É também necessário lembrar o próprio caráter dos *Grundrisse*, que não é uma exposição acabada e sim um momento da pesquisa; em suma, um terreno fértil para as

¹⁶ Como dirá no livro I: “O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa.” (MARX, 1983A, p. 189).

¹⁷ Entretanto, anote-se que a própria controvérsia da teoria do colapso (*Zusammensbruchstheorie*) ocorreu sem que seus protagonistas – Karl Kautsky, Eduard Bernstein, Rosa Luxemburg, Tugan-Baranowsky, Conrad Schmidt, Louis B. Boudin, Rudolf Hilferding, Henryk Grossman e Eugeni Preobrajensky – tivessem tido acesso aos *Grundrisse*.

¹⁸ Em seguida, o autor presta um tributo a Rosa Luxemburg e Henryk Grossmann, pelo mérito de terem defendido a hipótese do colapso como parte da teoria de Marx.

“especulações teóricas” de Marx.¹⁹ Ainda assim, acreditamos que o trecho não se presta à justificativa de uma teoria do colapso, supostamente atribuída ao autor de *O capital*.

Posteriormente, no livro III de *O capital*, justamente quando está tratando do desenvolvimento das contradições expressas na tendência à queda da taxa de lucro, Marx faz considerações num sentido muito próximo ao exposto acima nos *Grundrisse*. Em polêmica aberta com o único economista burguês de seu tempo a assumir esta tendência histórica (David Ricardo), nos diz Marx no início do capítulo XV:

os economistas que, como Ricardo, consideram o modo de produção capitalista como absoluto, sentem aqui que esse modo de produção cria uma barreira para si mesmo e, portanto, atribuem essa barreira não à produção, mas à Natureza (na doutrina da renda). O importante, porém, em seu horror ante a taxa de lucro em queda, é a sensação de que o modo de produção capitalista encontra no desenvolvimento das forças produtivas uma barreira que nada tem a ver com a produção de riqueza enquanto tal; e essa barreira popular testemunha a limitação e o caráter tão-somente histórico e transitório do modo de produção capitalista; testemunha que ele não é um modo de produção absoluto para a produção de riqueza, mas que antes entra em conflito com seu desenvolvimento, em certo estágio (MARX, 1983B, p. 183-184).

Tal como no trecho supracitado dos *Grundrisse*, Marx busca demonstrar como estes momentos típicos da exacerbação das contradições do sistema, que constituem as crises, são um terreno fértil para que os sujeitos históricos percebam o próprio caráter histórico do modo de produção capitalista. Nada mais que isto. Afinal: “As crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes,

¹⁹ O que permite que no texto haja uma série de abstrações polêmicas, que na maior parte das vezes têm sido objeto de leituras tendenciosas e unilaterais desde pelo menos os anos 1970. Ver, por exemplo, as apropriações de André Gorz, Jean-Marie Vincent e Antonio Negri.

irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado.” (*idem*, p. 188). São, assim, recorrentes e fazem parte do próprio desenvolvimento do capitalismo. Não são uma aberração e nem a senha para que o sistema conheça uma “morte natural”.²⁰

Considerações finais

Como a tradição teórica e política herdeira de Marx trabalhou a questão da relação entre as crises econômicas e as revoluções sociais é tema para um trabalho posterior.²¹ É certo que Engels, ao inserir sem nenhuma (auto)crítica o trecho de *Neue Rheinische Zeitung* em sua “Introdução de 1895” (seu testamento político), contribuiu para dar corpo à ideia de que as revoluções são fenômenos sincronizados às tendências dos ciclos econômicos. E assim, é impossível, por exemplo, explicar o processo revolucionário que contagiou os cinco continentes em 1968, quando a situação econômica do capitalismo ainda era francamente favorável. O ritmo das lutas de classes, embora possa ser contagiado pelo mal-estar econômico, possui uma temporalidade própria. Se em 1848 os tempos da crise econômica e da revolução concordaram, Marx pode ver que em 1857-1858 eles discordaram.

Antonio Gramsci, em seus cadernos carcerários pelo menos uma vez se referiu diretamente ao tema. Quando no conhecido § 17, do *Caderno 13*, o marxista sardo discute o problema da relação de forças em uma dada formação social, após expor os princípios metodológicos presentes no “Prefácio de 1859”, diz:

Pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam eventos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos

²⁰ Uma excelente contribuição a este tema, que aborda pontos diferentes do nosso, pode ser lida em Arcary (2006).

²¹ Sobre as contribuições importantes de Lenin, Trotsky e Gramsci sobre o assunto, ver Bianchi (2002), Arcary (2004) e Boito Junior (2007).

de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal (GRAMSCI, 2007, p. 44).

Trata-se de uma concepção mais adequada a ideia de que, em suas crises recorrentes, o capital, ao exacerbar suas contradições, apenas deixa claro seus limites históricos, abrindo o “terreno favorável” à sua própria superação. Contudo, no que diz respeito à superação da ordem do capital, depende dos sujeitos históricos portadores do projeto de futuro entender o seu sinal e empreender uma ação consciente; ação esta que não pode ter outro nome senão o de *revolução*.

Referências bibliográficas

- ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da história*. São Paulo: Xamã, 2004.
- _____. *O encontro da revolução com a história*. São Paulo: Xamã/Sudermann, 2006.
- BENSAÏD, Daniel. *La discordance des temps: essais sur les crises, les classes, l'histoire*. Paris: Les Éditions de la Passion, 1995.
- _____. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BIANCHI, Alvaro. Crise, política e economia no pensamento gramsciano. *Novos Rumos*, n. 36, p. 28-37, 2002.
- _____. Revolução passiva: o pretérito do futuro. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 23, p. 34-57, 2006.
- _____. Democracia e revolução no pensamento de Marx e Engels (1847-1850). *Outubro*, São Paulo, n. 16, p. 109-143, 2007.
- _____. *O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

- BOITO JUNIOR, Armando. *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: Unesp, 2007.
- CARCANHOLO, Marcelo. Formas, conteúdo e causa: uma proposta de interpretação marxista do fenômeno crise. *Leituras de economia política*, Campinas, n. 5, p. 15-31, 1997.
- ENGELS, Friedrich. Introdução. In: *As lutas de classe na França*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, vol. 3.
- GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.
- HARVEY, David. *Los limites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- KRÄTKE, Michael. Marx's "books of crisis" of 1857-58. In: MUSTO, Marcello (ed.). *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. Londres/Nova York: Routledge's, 2008a.
- _____. The first world economic crisis: Marx as an economic journalist. In: MUSTO, Marcello (ed.). *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. Londres/Nova York: Routledge's, 2008b.
- MANDEL, Ernest. *La formación del pensamiento económico de Marx*. México: Siglo XXI, 1968.
- MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. *Marx and Engels Collected Works*. 1849-51. Londres: Lawrence and Wishart, 1975, vol. 10.
- MARX, Karl. Prefácio In: *Para a crítica da economia política. Os economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1983a, l. I

- _____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983b, l. III, t. 1.
- _____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)*, 1857-1858. 15ª ed. México: Siglo XXI, 1987a, vol. 1.
- _____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)*, 1857-1858. 11ª ed. México: Siglo XXI, 1987b, vol. 2.
- _____. Introdução. In: *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: *A Revolução antes da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MEHRING, FRANZ. *Karl Marx, the story of his life*. Londres: George Allen & Unwin, 1951.
- MUSTO, Marcello. Marx's life at the time of the *Grundrisse*: biographical notes on 1857-8. In: MUSTO, Marcello (ed.). *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. Londres/Nova York: Routledge's, 2008.
- _____. Difusão e recepção dos *Grundrisse* no mundo: uma contribuição para a história do marxismo. *Crítica Marxista*, n. 28, p. 99-108, 2009.
- PAULANI, Leda Maria. Autonomização das formas sociais. *Crítica Marxista*, n. 29, p. 25-31, 2009.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto; UERJ, 2001.
- RUBEL, Maximilien. *Karl Marx: ensayo de biografía intelectual*. Buenos Aires: Paidós, s. d.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

TEXIER, Jacques. *Revolução e democracia em Marx e Engels*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

TROTSKY, Leon. A situação mundial. In: *O imperialismo e a crise da economia mundial*. São Paulo: Sudermann, 2008.